

A inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar: uma revisão sistemática de literatura

Emanuelle Chistina da Silva Oliveira
Dlayne Giordana Pereira Soares

Introdução

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA no ambiente escolar pode ser considerada como um grande avanço para os pais, docentes e crianças; mas, pode ser vista também pela escola como um grande desafio. Isto se justifica, pois, o primeiro contato dos alunos com as necessidades educacionais caracterizadas como especiais são na Educação Infantil.

Nessa linha diretiva, o presente trabalho surgiu na busca do conhecimento dos desafios da educação inclusiva enfatizando as necessidades que norteiam esse processo de inclusão e, sobretudo, ter clareza do seguinte questionamento: Quais as principais demandas encontradas nas publicações da Scielo referentes a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar?

Buscou-se, portanto, aprofundar-se na literatura para esclarecer os principais desafios na aprendizagem dos estudantes com TEA. A metodologia deste estudo foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica por meio de uma revisão sistemática de literatura. Para isso, foi realizada uma pesquisa nos anais da base de dados da Scielo, produções científicas que contemplassem o tema nos anos de 2015 a 2025.

Para isso, o presente estudo objetiva apresentar uma revisão sistemática de artigos científicos encontrados no site da Scielo que versam sobre os desafios para a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar e, como objetivos específicos, apresentar o conceito de TEA e a importância da inclusão escolar; discorrer sobre os desafios enfrentados por crianças com TEA na escola e apresentar pesquisas encontradas na SciELO que versam sobre o tema.

A metodologia do estudo foi desenvolvida a partir de uma revisão sistemática de literatura

por meio de uma pesquisa bibliográfica em anais de revistas, artigos e livros acerca da temática abordada. Desse modo, foi realizado uma busca nas bases de dados da SciELO e Periódicos entre os anos de 2015 a 2025 utilizando como descritores “Transtorno do Espectro Autista-TEA”, “aprendizagem”, “práticas inclusivas”.

A escolha da temática deu-se em virtude dos desafios da aprendizagem de estudantes com autismo na Educação Infantil de modo que seja possível conhecer suas particularidades, identificá-las e oferecer alternativas para que minimizem tais dificuldades.

Conceitos de Transtorno do Espectro Autista e a importância da inclusão escolar

O termo autismo vem da palavra de origem grega “autos” que significa aquilo que é “próprio ou de si mesmo” e trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento que acontece desde a infância. O termo “espectro”, refere-se a variação de manifestações e a intensidade de sintomas que caracteriza cada pessoa com TEA de forma singular, seja em relação às dificuldades de comunicação, nos comportamentos restritos ou repetitivos ou na dificuldade de interação social.

O TEA, apesar de muitos terem esta concepção, não é uma doença, mas sim uma condição que tem como características o comprometimento na fala, na interação social, padrões repetitivos, dentre outros sintomas, assim como o nome sugere, há subtipos do transtorno, e com isso, diferentes níveis de comprometimento, por isso a importância do diagnóstico precoce Santos e Vieira (2017, p. 221), ratifica dizendo que “o uso atual da nomenclatura Transtorno do Espectro Autista possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os de leve, moderado e severo”.

Nesse contexto, Campos aponta que:

Em 1943, Leo Kanner, empregou o termo autismo para definir uma síndrome específica observada em 11 crianças (o termo “autismo”, autos, que significa “a si mesmo”, e ismo, que significa “ação ou estado”). A terminologia foi utilizada pela primeira vez pelo alemão Eugen Bleuler em 1911, para descrever a retirada social em pacientes adultos com esquizofrenia. A síndrome de Kanner caracterizava-se por início precoce – a partir do primeiro ano de vida - de retraimento social, mesmice, comprometimento de linguagem, comportamentos motores estereotipados e deficiência intelectual (Campos, 2019, p. 3).

Leo Kanner foi o primeiro a descrever o autismo como uma condição distinta em seu artigo “Autistic Disturbances of Affective Contact” (1943), conceituando o autismo como um distúrbio caracterizado por: Isolamento social extremo: desde o nascimento, as crianças apresentavam dificuldade em estabelecer relações normais com outras pessoas, foco obsessivo em padrões repetitivos e na “mesmice”: As crianças resistiam a mudanças e apresentavam forte apego a rotinas, distúrbios na comunicação: muitas crianças apresentavam atrasos na fala ou usavam a linguagem de forma

peculiar, memória extraordinária e habilidades específicas: algumas crianças mostravam habilidades excepcionais em áreas específicas, como memorização de detalhes.

A respeito da história do TEA, observa-se que, só 32 anos depois de ser usado pela primeira vez, é que o termo autismo foi usado novamente, por causa de um sintoma em comum detectado em algumas crianças, sintoma que até então ninguém sabia nomear, esse que a princípio também gerou o nome da síndrome desconhecida por todos, o autismo – ação de estar em si mesmo -, que logo depois das observações de Leo Kanner também detectou-se outros comportamentos e sintomas que viriam a caracterizar crianças autistas.

Os primeiros sinais são notados, geralmente na infância, em que a criança não se concentra em objetos ao seu redor, não atende quando é chamada pelo nome, nem mesmo quando os pais utilizam brinquedos, cores ou objetos para chamar a atenção do (a) filho (a), sendo comum também o isolamento. Conforme descrito no DSM – 5 (2015) o Transtorno do Espectro Autista – TEA trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, estresse ou atividades.

A Organização Mundial da Saúde – OMS (1993, p. 246), também conceitua o TEA como:

[...]conjunto heterogêneo de síndromes clínicas, tendo em comum a tríade de comprometimentos de interação social recíproca, comunicação verbal e não verbal e comportamentos repetitivos e estereotipados, variando num continuum, desde as formas mais severas até as mais brandas.

O TEA é exatamente isso: um espectro, com diferentes níveis e características que variam de pessoa para pessoa. Alguns sinais comuns são dificuldades na socialização; alterações sensoriais e dificuldades motoras, e podem ser diferentes em cada indivíduo.

Compreender o TEA é primordial para garantia de uma educação inclusiva. Esse conhecimento e diagnóstico alavancou positivamente nos últimos anos. Fator que torna-se necessário, logo quanto mais se conhece, maior possibilidade de oferta de suporte para cada necessidade.

Os sinais de comportamento podem ser indicativos do TEA e merecem atenção principalmente se acontecem com frequência e de forma intensa. Esses são: hipersensibilidade auditiva; trata-se de sons que incomodam extremamente os autistas, quanto que para muitos não é possível perceber. A ecolalia é a repetição de palavras ou frases várias vezes tendo dificuldade em organizar pensamentos e informações.

Assim como a hipersensibilidade à luz, tem desconforto em ambientes com muita iluminação. Desenvolve hiperfoco em assuntos ou pessoas, com grande interesse em saber algo sobre alguém ou determinado tema, sendo uma habilidade única que pode ser valorizada em situações do cotidiano. O Shutdown, trata-se da introspectividade da pessoa frente a situações de sobrecarga emocional ou sensorial (Santos; Vieira, 2017).

Todavia, ressalta-se que cada pessoa tem a sua singularidade e demais sinais apresenta-se de

formas diferentes. É importante uma observação, buscar por informações, orientações especializadas para possível compreensão, suporte e apoio. Nessa perspectiva Bristes (2019), fala que “pelos evidências científicas, sabe-se que o diagnóstico precoce é fundamental e que somente esta medida pode alterar o prognóstico precoce futuro e corrigir os atrasos profundos”. Logo quando o diagnóstico é feito nos primeiros anos de vida, aumentam as possibilidades de desenvolvimento de competências e habilidades de forma qualificada.

Nesse sentido, Cunha (2013, p.23) descreve que “o diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação”. Assim como é o fator primordial para garantir ao aluno o seu desenvolvimento. É fundamental incluir a criança autista na sala regular, logo na educação básica, para a garantia de uma educação de qualidade, voltada para o respeito às diversidades e singularidades, para isso é fundamental um compromisso e responsabilidade de todos, famílias, educadores e toda a comunidade escolar.

Em contrapartida, quando esse diagnóstico é tardio, os desafios podem ser maiores e as dificuldades para encontrar suporte. Portanto, o diagnóstico tardio causa impactos negativos quanto ao desenvolvimento da criança causando frustrações e sentimentos de inadequação em espaços que deveriam ser de inclusão.

Sabe-se que é fundamental a inclusão das pessoas com TEA para a garantia do pleno acesso à educação, a vivência da igualdade, dos direitos essenciais e principalmente do respeito às especificidades de cada um.

Somos marcados historicamente por diversas lutas e conquistas acerca da Educação Especial e Educação Inclusiva, e tratando-se das políticas públicas que asseguram a inclusão de crianças com TEA no Brasil, temos:

A Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, garante o direito do aluno autista a acessibilidade educacional e determina à escola o dever de promover inclusão, para que esse aluno permaneça na escola. Que determinou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA no Brasil, garantindo os direitos e a inclusão das pessoas autistas quanto à acessibilidade aos serviços essenciais à vida. Destaca-se como principais pontos os direitos quanto ao acesso ao diagnóstico precoce, ao tratamento e atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS; a inclusão educacional, com inserção na escola regular, porte e adaptações garantidas; a proibição da discriminação garantindo a cidadania e a igualdade de oportunidades no contexto social. Outro ponto importantíssimo é o reconhecimento da pessoa com TEA como pessoa com deficiência (PcD), esse que garante o acesso ao benefício social e a políticas inclusivas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), representa um grande marco legal pois reforça os direitos dos PcDs no Brasil, que promovem acessibilidade, igualdade e inclusão social com finalidade de eliminar as barreiras da exclusão. A LBI aborda em seus aspectos de maiores impactos sociais quanto ao direito à educação inclusiva, referindo-se obrigatoriedade da escola acolher estudantes com deficiência; quanto a

acessibilidade referindo-se à adaptação de infraestrutura, traslado, comunicação e tecnologias assistivas; quanto à proibição de discriminação refere-se à proteção legal frente à pessoa com TEA; e por fim no que se refere a autonomia e capacidade de resolução de problemas e tomadas de decisão.

Ressalta-se ainda as Políticas de Saúde Pública: Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) é responsável pela avanço na construção de políticas públicas de saúde e inclusão das pessoas com TEA, desenvolvendo importante papel desde a identificação precoce ao tratamento contínuo. É por meio do SUS a oferta de serviços referente a pessoa com TEA em diferentes níveis de atenção, a priori os atendimentos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e estratégias de saúde da família (ESF); o programa de Saúde da Família que acontece nos atendimentos em centros básicos de saúde ou acompanhamento domiciliar.

Destacam-se como nível de atenção, os Centros Especializados em Reabilitação (CERs) e os Centros de Atenção Psicossocial infantil (CAPSi); tem oferta de serviços multiprofissionais focando no desenvolvimento das pessoas a partir das suas necessidades.

O serviço de diagnóstico e monitoramento disponibilizado pelo SUS é responsável por realizar avaliações neurológicas, psiquiátricas, psicológicas e fonológicas para que seja realizada a confirmação diagnóstica e intervenção.

Em relação à educação inclusiva: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Política de Inclusão que assegura a promoção de Inclusão da criança com TEA em ambiente de aprendizagem inclusivo, adaptado com educação de qualidade e que promova o desenvolvimento acadêmico e socioemocional.

A Lei Número 13.438/17, determina que médicos da unidade básica de Saúde UBS, médicos pediatras e médicos especializados em autismo devem fazer o diagnóstico do TEA. Respalando os profissionais a aplicarem em escalas, fazerem avaliações e darem possíveis laudos. Viabilizando assim, um diagnóstico precoce e permitindo o acesso ao tratamento mais cedo e desenvolvimento da criança com TEA. Em contrapartida, os pacientes de baixa renda têm direito ao BPC/LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), que confere um salário mínimo para a família baixa renda, com a possibilidade de utilizar-se desse para investimento em treinamento para cursos de capacitação, supervisão profissional de casos ou para garantir a melhoria de qualidade de vida da família.

Ressalta-se o quanto é significativo para a pessoa autista ter seus direitos assegurados, ou melhor, contemplados. A pessoa com TEA se enquadra como Pessoa com Deficiência (PCD), desde a Lei Berenice Piana (nº12.764/2012), detém de direitos primordiais como acesso à saúde (diagnóstico, terapias e medicamentos), educação inclusiva e proteção social.

Desafios enfrentados por crianças com TEA na escola

Na história da educação inclusiva, observa-se o fracasso que foi no passado o modelo de ensino

de uma educação segregada, tendo como experiência várias crianças tornando-se adultas dependentes dos pais e também de seus professores e instituições. Por meio de pesquisas feitas no mundo inteiro tornou-se explícita a eficácia do convívio entre crianças com ou sem deficiências, pois a criança com deficiência aprende a se desenvolver, a socializar mais, gerando uma qualidade de vida e independência (Luz; Branco, 2021).

Por outro lado, a criança sem deficiência se tornará um adulto mais consciente, entendendo a dificuldade do outro, e por isso a importância do ensino inclusivo em escolas regulares é um assunto de que deve ser sempre levado em consideração. Tendo em mente que o ensino inclusivo perpassa a ideia de acessibilidade apenas para alunos com algum tipo de deficiência, e o termo inclusão abrange a todos que, de alguma forma, são excluídos e têm seus direitos negados, é obrigação da sociedade junto à escola ofertar acesso igual a todos, como é o caso do direito à educação, como diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no seu artigo 205 (LDBEN, nº 9394/96, Art. 205), que a educação é um direito de todos e como elenca:

Um conceito alargado de Educação Inclusiva pode ser concebido como um princípio e uma orientação geral para fortalecer a educação, com vista a um desenvolvimento sustentável, aprendizagem ao longo da vida para todos e acesso igual de todos os níveis da sociedade às oportunidades de aprendizagem (Brasil, 1996, p. 22).

Logo, entende-se que a formação escolar é uma etapa importante para a vida de todos, pois é por meio dela que o ser humano desenvolve-se, socializa e é instruído. A escola tem como função social o desenvolvimento cognitivo, físico e afetivo do cidadão que está inserido no contexto escolar, tornando-o participativo na sociedade e no meio em que vive, como também é citado por Onohara et al, (2018, p. 9) “a vida escolar é um direito de todos em que favorece a socialização e a formação de um adulto consciente, aprendendo e respeitando as diferenças”.

Um marco importante para a educação inclusiva no Brasil foi a implementação do Decreto nº 6.571/2008 (Brasil, 2009), que criou o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para apoiar a formação de alunos com deficiência, atendimento esse que é obrigatório nos sistemas de ensino da educação básica e deve ser realizado no contra turno do ensino regular, na própria escola que o aluno for matriculado ou em um centro especializado para esse serviço, assegurando ainda que:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Brasil, 2009, p. 1).

Durante muitos séculos nutriu-se a concepção de que uma criança com limitações não

possuísse capacidades reais de desenvolver as suas habilidades. Com isso, muitas famílias alimentaram essa ideia que ainda é bastante difundida e refletida nos dias atuais, fazendo com que os pais não tenham o hábito de provocar estímulos nos filhos, acreditando que não haverá respostas positivas.

Onohara ainda nos reforça que:

Nesse aspecto o AEE, deve estimular o educando através de diversos materiais educativos inclusivos junto com a professora conforme o conteúdo dado para os demais da sala, acompanhar com as entidades a frequência nos atendimentos fora da escola como a utilização de fisioterapia, psicóloga e terapeuta ocupacional entre outros, profissionais estes empenhados em proporcionar uma vivência o mais integral possível, criando metodologias com o intuito de facilitar a aprendizagem (Onohara *et al.* 2018. p.11).

Levando em consideração as necessidades de cada aluno com múltiplas deficiências, e entendendo que cada um aprende de forma e em tempos diferentes, é necessário que o professor e a escola criem um currículo flexível, considerando as dificuldades acadêmicas de cada um, e se obtenha uma aprendizagem satisfatória e inclusiva, pensando também em formas diferentes de avaliação adaptadas à realidade desses estudantes.

É de suma importância que o professor busque sempre uma formação continuada e inovações pedagógicas que o ajudem na sala de aula a propiciar uma didática diferente que forneça um ensino inclusivo. Nesse sentido os autores Silva e Miguel destacam:

A inclusão de novas práticas no âmbito pedagógico das instituições de ensino é deveras árdua, ao passo que exige determinado saber de todo corpo docente e técnico, o que demanda capacitação específica, a fim de desenvolver políticas e adaptar os currículos aos planejamentos, bem como adequar procedimentos de ensino às competências e habilidades individuais e coletivas dos alunos (Silva; Miguel, 2020, p. 2).

Sabe-se que a luta por uma educação igualitária ainda está longe de acabar, mas devemos continuamente nos propor a buscar meios de melhorar. Percebe-se, portanto, que a segregação da deficiência é algo herdado culturalmente e que foi tido durante muitos anos como a melhor postura a ser adotada diante de uma criança deficiente. Dessa forma, o processo de desconstrução desses conceitos é um fator que não pode ser abortado ou substituído do meio social de maneira imediata, mas sim, de uma forma sistemática e gradativa, fazendo com que os indivíduos passem a adotar novas posturas, conforme forem convivendo e se familiarizando com as diferenças existentes (Bianchi; Lepre; Campanharo, 2023).

Silva e Miguel (2020, p. 6) ratificam dizendo que “a educação inclusiva é um desafio, no qual a escola, por todos seus componentes, é parte fundamental para o sucesso, assim sendo necessário a modernização”. Portanto, é imprescindível que as escolas busquem cumprir as adaptações sugeridas por leis, necessárias ao currículo, para que esse tenha adequações pedagógicas e nas instalações físicas, para que possam garantir um ambiente escolar inclusivo para seus alunos.

Práticas inclusivas e intervenções

O aluno autista nem sempre é contemplado com elementos didáticos que sejam específicos para a sua condição e que consigam desenvolver as suas habilidades. O método Tratamento e Educação de Crianças com Autismo e Dificuldades de Comunicação – TEACCH, objetiva ensinar habilidades por meio de pistas visuais (Teixeira, 2016). Assim como esse método, existem outras metodologias que podem ser adotadas pelos educadores em sala de aula para estimular as crianças com TEA (Gregorutti, 2017).

A Análise do Comportamento Aplicada conhecida como método ABA, que usa métodos experimentais, é uma técnica que a partir de uma compreensão comportamental pode modificar e explicar os comportamentos de pessoas com TEA, e como o meio em que essa pessoa vive pode influenciar estímulos bons ou não, e os possíveis efeitos que podem ser causados na vida de autistas. Filha *et al* (2019) elucida dizendo:

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) investiga as variáveis que afetam o comportamento humano, sendo capaz de mudá-los através da modificação de seus antecedentes (o que ocorreu antes e pode ter sido um possível gatilho para a ocorrência do comportamento) e suas consequências (eventos que se sucederam após a ocorrência do comportamento, e que podem ter sido agradáveis ou desagradáveis determinando a probabilidade de que ocorram novamente). Para estes propósitos, ABA usa métodos experimentais e sistemáticos de observação e mensuração dos comportamentos, os quais são definidos como aquelas ações dos indivíduos que são passíveis de serem observadas e mensuradas (Filha *et al.*, 2019, p. 3).

Esse método utiliza intervenções para modificar ou reduzir aqueles comportamentos estereotipados dos autista, e que, muitas vezes, são agressivos e prejudicam a interação social e o ambiente escolar, pois quando são contrariados e algo os incomodam, eles tendem a fazer “birra” e agredir quem está próximo, isso depois de feita uma análise individual que busca entender possíveis causas de gatilhos, como citado acima. O Ministério da Saúde complementa dizendo que:

A técnica atua também na redução de comportamentos não adaptativos (estereotípias, agressividade etc.), particularmente ao substituí-los por novos comportamentos socialmente mais aceitáveis e que sirvam aos mesmos propósitos, mas de modo mais eficiente (Brasil, 2015, p. 82).

Para o ambiente escolar, esse método é primordial, pois ela cria meios de precaver possíveis comportamentos que possam prejudicar na hora do ensino, Filha *et al.* (2019, p. 16), ainda fala que “criar as condições necessárias para que a mesma obtenha as mesmas condições de aprendizagem que os demais estudantes, sendo que a aplicação dos princípios ABA poderão ser estendidos”.

Por esse motivo, é importante a aplicação precoce desse método com crianças autistas nas escolas, para que elas tenham oportunidades, se não iguais, pelo menos que se alcance um ensino melhor e eficiente para pessoas com TEA, e diminua as disparidades que há na educação de autistas, e

assim “alcançar metas como: independência, socialização e sucesso nas atividades acadêmicas, quando for o caso” (Filha *et al.*, 2019, p.4).

Umas das técnicas usadas por esse método é o reforço positivo, que para criar comportamentos desejados, para estabelecer uma melhor comunicação, e diminuir hábitos inadequados, são oferecidas recompensas como, elogios, um brinquedo, ou uns minutos a mais do desenho preferido, Camargo *et al.* (2020, p. 9) reforça ainda mais, “criar oportunidades para que a criança possa aprender e praticar habilidades por meio de incentivos ou reforços positivos, ou seja, premiá-la e elogiá-la a cada comportamento realizado de forma adequada.”

Haas *et al.* (2024, p.4) cita algumas técnicas do método ABA, que são: “identificação das distorções cognitivas, controle de atividades e agendas, utilização de cartões de autoajuda, treinamento de habilidades, realização de tarefas cognitivas e comportamentais durante as sessões” que ajudará na realização de tarefas que são consideradas como “básicas da vida”, mas que para um autista, são metas a serem alcançadas ao longo dos dias, como a higiene pessoal, a comunicação, a redução de comportamentos agressivos, a interação social e a falta de pré-requisitos para leitura, escrita e imaginação.

A ABA tem como um dos objetivos, proporcionar de forma divertida a aprendizagem, eliminando os comportamentos que podem prejudicar negativamente e reforçar os que podem contribuir para esse momento, e também na aquisição da linguagem e de habilidades cognitivas e sociais, assim como desenvolver competências de autoajuda que contribuirá para atividades da vida diária e futuramente para sua autonomia (Camargo *et al.*, 2020).

O PECS (Picture Exchange Communication System), é um sistema que vem sendo muito utilizado com pessoas autistas, assim como o método TEACCH, é de baixo custo e os materiais podem ser adaptados, não precisando de alta tecnologia para ser trabalhado, pois como a própria tradução do nome sugere é um “sistema de comunicação através da troca de figuras”, ou seja, o método utiliza como ferramenta imagens, para desenvolver a linguagem de crianças autistas que não falam, como também serve para incentivar a fala daquelas que apresentam uma comunicação limitada e prejudicada (Santos; Leite, 2022).

Esse sistema utiliza-se de conceitos concretos para que a criança possa fazer uma relação com o objeto que lhe é apresentado, dentro do contexto ao qual está inserida, depois lhe é disponibilizada uma pasta para carregar para todos os lugares, que consta as figuras que servirão para sua comunicação e será a “voz” dessa criança.

O PECS foi desenvolvido nos Estados Unidos, nos anos 80, por Frost e Bondy no Delaware Autistic Program, consistindo num sistema de comunicação aumentativa que funciona com troca de símbolos pictográficos representados em cartões (Almeida, 2017, p. 25).

Por isso, o sistema é implementado com o intuito de minimizar uma das dificuldades que a síndrome do TEA possui, dificuldades na linguagem e, por conta disso, problemas na comunicação,

por meio de símbolos pictográficos, como mencionado acima, que nada mais são do que figuras impressas de diferentes itens, para que aos poucos a pessoa com TEA se comunique de forma funcional, pois como aponta Luz e Branco (2021, p. 4): “[...] o incentivo à comunicação é essencial para o desenvolvimento social e cognitivo de indivíduos com TEA que venham apresentar disfunções na fala, contribuindo para facilitar no processo da linguagem e interação”.

Há uma sequência de seis fases para serem aplicadas no sistema PECS, com o objetivo de que em cada fase seja atingida uma meta, e assim prossiga para próxima fase do sistema, com a finalidade de gerar um desenvolvimento na linguagem das crianças autistas, através das imagens que servem para ensiná-los a formar frases, responder perguntas e etc (Gregorutti, 2017).

Desta forma, é importante que haja a disseminação deste sistema nas escolas públicas do ensino regular, se o que se busca, de fato, for a efetiva inclusão da pessoa com TEA na sociedade, pois como já mencionado, esse método oferece praticas pedagógicas que ajudam o aluno autista a aprender a se expressar ou melhorar o pouco que consegue, entendendo que isso já é um grande passo para facilitar o desenvolvimento e a interação social dessas pessoas (Costa; Schmidt; Camargo, 2023).

Esses três métodos trabalhados de forma conjunta é uma verdadeira revolução para autistas, pois ajudam na independência, na linguagem, e no comportamento, facilitando a inserção destes no meio social e escolar, mas claro que tudo isso feito precocemente por pais, professores e uma equipe médica. Por isso, diante de todas essas possibilidades de práticas metodológicas para facilitar o ensino do aluno autista, não se pode dizer que as suas limitações são a essência explicativa das falhas educacionais.

Resultados e Discussão

Nesta seção, considera-se sinalização Autor/Título/Ano, além do preenchimento de Itens Perfil/Tipo/Discussões, conforme os procedimentos de análise e avaliação. Portanto, apresentaremos, no Quadro 1, a seguir, as análises correspondentes a cada artigo aqui mencionado.

Quadro 1. Análise dos artigos encontrados

1	SANTOS. Teresa Cristina Coelho dos. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular . 2015.
Esta pesquisa é de cunho qualitativo, exploratório. Objetivou objetivo investigar práticas pedagógicas de professores em uma escola pública municipal de Natal/RN, frente a alunos com Deficiência Intelectual (DI), matriculados em anos iniciais do Ensino Fundamental.	
Discussão: Diante desta realidade, necessário se faz, entre outros aspectos: investimento na formação dos professores e de todos os que fazem a comunidade escolar, numa perspectiva inclusiva; utilização de procedimentos e de adequações curriculares em sala de aula, de maneira mais compatível com as necessidades dos educandos; um trabalho em parceria com docentes de Salas de Recursos Funcionais e com as famílias.	

2	GREGORUTTI, Carolina Cangemi, ZAFANI, Mariana Dutra, OMOTE, Sadao, BALEOTTI, Luciana Ramos. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. 2017
Esta pesquisa é do tipo qualitativa, descritiva, pesquisa de campo, Pesquisa do tipo qualitativa, pesquisa quantitativa. Objetivou este estudo identificar e analisar como as tarefas de casa estão sendo propostas para os alunos com deficiência física inseridos no ensino regular, a partir da percepção de professoras e cuidadoras familiares.	
Discussão: Serão apresentados nas categorias delineadas os dados coletados com as professoras e aqueles coletados com as cuidadoras familiares, com relação aos mesmos temas contidos no roteiro de entrevista semiestruturado.	
3	CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. SILVA, Gabrielle Lenz Da. CRESPO, Renata Oliveira. OLIVEIRA, Calleb Rangel De. MAGALHÃES, Suelen Lessa: Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. (2020)
Esta pesquisa objetivou investigar, em caráter exploratório, as principais dificuldades, os desafios e as barreiras enfrentadas por professores de alunos com diagnóstico médico prévio de TEA em situação de inclusão na escola comum. Especificamente, buscou-se identificar os principais desafios encontrados pelos professores no processo educativo de estudantes com autismo em situação de inclusão, no que diz respeito ao atendimento das necessidades educacionais especiais desses alunos, e a promoção de habilidades acadêmicas, sociais, comportamentais e de comunicação	
Discussão: Os resultados apontam para a necessidade de fornecer atividades de formação continuada que sejam menos gerais e mais focadas nas necessidades dos professores, sobretudo quanto aos aspectos comportamentais (como lidar) e pedagógicos (como ensinar e avaliar) para, assim, criar condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos com TEA no ambiente inclusivo.	
4	MARTINS, Juliana dos Santos; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. (2023).
A metodologia empregada foi uma pesquisa de caso único, por meio de um delineamento de bases múltiplas entre participantes. Os participantes do estudo foram três crianças com autismo, matriculadas em turmas de pré-escolas do município de Pelotas e suas respectivas professoras. O objetivo do estudo foi analisar se uma intervenção ancorada em estratégias da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pode facilitar o processo de adaptação escolar de crianças com autismo.	
Discussão: Os resultados apresentam um aumento estatisticamente significativo na participação e interação de todos os integrantes, e uma redução na emissão de comportamentos disruptivos, que os mantinham fora das atividades.	
5	HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto; FREITAS, Cláudia Rodrigues de. Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial. (2024).
Neste estudo foi realizada uma pesquisa documental utilizando diretrizes legais e normativas associadas a notícias que abordam o profissional de apoio escolar veiculadas nas mídias. O objetivo geral foi problematizar as motivações e justificativas que envolvem a demanda por profissionais de apoio escolar nos cotidianos das redes de ensino públicas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.	
Discussão: Os resultados indicam que despatologizar a política pública dos profissionais de apoio escolar passa pela valorização da formação desse profissional e pelo reconhecimento de que tal agente é partícipe de um projeto educativo cuja perspectiva da educação inclusiva.	

6	SANTOS, Ana Alice Sousa dos; LEITE, Daniela Soares. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental. (2022).
	Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa realizada por meio da aplicação de um formulário com perguntas mistas, direcionado a 10 (dez) profissionais da educação, tendo como participantes professores, gestores e coordenadores de uma escola de Ensino Fundamental do município de Marabá/PA. O objetivo geral da pesquisa se concentrou em verificar como ocorre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ensino comum na referida escola.
	Discussão: Os resultados indicam que para que haja a inclusão destes alunos no ensino comum, deve-se atrelar o respeito aos limites impostos pelo transtorno à utilização de recursos e estratégias para o atendimento do aluno com TEA.
7	COSTA, Daniel Da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. (2023).
	A pesquisa foi desenvolvida em caráter descritivo, por meio de um estudo de caso a fim de verificar a implementação do Plano Educacional Individualizado na fase de elaboração. O objetivo geral se ateve em verificar sua influência sobre o trabalho colaborativo da equipe docente em uma escola de ensino fundamental.
	Discussão: Os resultados mostraram melhora em cada dimensão do trabalho colaborativo da equipe escolar. O potencial do Plano Educacional Individualizado para o maior envolvimento dos professores em torno de objetivos comuns para a aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista por meio do trabalho colaborativo é discutido.
8	BIANCHI, Vilma Aparecida; LEPRE, Rita Melissa; CAMPANHARO, Adriana Silveira. A Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). (2023).
	A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma revisão de literatura. Utilizaram-se artigos científicos encontrados em bancos de dados como: SciELO, ERIC, Educ@ e Periódicos Portal Capes. compreender como a inclusão escolar de uma criança autista pode auxiliá-la para um convívio social sem discriminações.
	Discussão: Os resultados indicaram que a inclusão de crianças autistas em classes regulares não pode ser sinônimo de matrícula. Faz-se mister que as políticas públicas busquem como primeiro passo dar prioridade à formação adequada e continuada para os professores. Sem essa ação, nenhuma intervenção pedagógica se fará possível.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De acordo com as ideias apresentadas por Martins e Camargo (2023) pode-se afirmar que ao se tratar da educação inclusiva para estudantes com TEA é importante que a escola junto com a equipe pedagógica, busquem antecipadamente analisar as estratégias educacionais que servirão para o ensino desse aluno, e criem metodologias que tornem o aprendizado em um momento participativo e inclusivo, pois, a inclusão é uma inovação que requer um esforço de renovação e de reorganização das condições atuais da maioria de nossas escolas.

Todavia, muitas escolas não encontram-se preparadas para recebê-los, pois lhe faltam planejamento, metodologias de aprendizagem, recursos pedagógicos e inclusive professores que saibam trabalhar com esse público, o que torna as escolas ainda mais despreparadas para o ensino inclusivo, pois

a inclusão é muito importante, mas é necessário se pensar soluções para adequar a escola para receber esse aluno e não o aluno se adequar a escola, como vem acontecendo (Haas *et al.*, 2024).

Segundo a visão de Camargo *et al.* (2020), é de suma importância que hajam práticas pedagógicas no ensino de alunos autistas, por conta de alguns sintomas que prejudicam a fala, a interação social, a imaginação e o interesse fixo por determinada coisa, o que compromete no âmbito escolar, logo, esse aluno vai precisar de práticas voltadas exclusivamente para suas necessidades, para que se obtenha êxito no seu processo de aprendizagem.

Conforme Gregorutti (2017) o método TEACCH, já é muito usado por ser, de fato, um método comprovado que beneficia na aprendizagem e autonomia de crianças com TEA, e também por poder ser usado com outras crianças que não são autistas, ser de baixo custo benefício, visto que, os materiais podem ser adaptados de acordo com a realidade de cada criança e o que ela possui em casa ou na escola, desde tampinhas de garrafa pet até cartolinas, tudo isso trabalhado de forma com que haja compreensão da criança com autismo, e ela possa ser ensinada, instruída e conquiste o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades que até então não existiam.

Por isso, é extremamente importante a participação de pais e professores durante esta abordagem, uma vez que, serão eles que vão estar em contato real com essas crianças ao longo do seu desenvolvimento escolar e social, e sabem melhor a situação e dificuldades das crianças, e assim, possam conceber melhor um currículo individualizado que atenda os pontos fortes e os déficits de cada um, ajudando também na escolha dos materiais que serão confeccionados, adaptados e trabalhados pelos profissionais.

Complementando as ideias apresentadas, Martins e Camargo (2023) defendem que o professor pode buscar entender as dificuldades, barreiras e limitações que cada aluno enfrenta, a fim de tentar adaptar o ambiente para o aluno e gerar uma melhor compreensão e assimilação por parte desse, empregando suas ferramentas e de formas que lhe garantam mais segurança no processo de ensino, mas sempre respeitando as singularidades de cada aluno.

Assim, observa-se a importância dessas metodologias educativas para a aprendizagem do aluno com TEA, pois ele leva em consideração as características, dificuldades e o que precisa ser melhorado ou erradicado de cada um, visando tornar o ambiente e o ensino o mais agradável e acessível possível, com técnicas de organização, para que assim essas crianças se adaptem, tenham uma educação eficiente e conquistem pouco a pouco autonomia e a interação com o outro, o que possibilitará uma mudança de comportamento e consequentemente uma qualidade de vida melhor.

A diversidade é um aspecto que acompanha a evolução da sociedade desde sempre. Porém, sabe-se que nos últimos anos alguns autores e pesquisadores têm dado mais ênfase ao estudo desta, devido às transformações sociais e culturais ocorridas no Brasil, fazendo com que muitas pessoas passassem a modificar a sua forma de pensar acerca da temática.

A escolarização de alunos com autismo é apenas um caso no seio da diversidade da população escolar, tendo em vista que a escola contemporânea passa por um processo de dificuldade em adaptação

dos mais variados tipos de alunos que adentram o ambiente escolar, começando pelas aspirações com relação à escola que possuem inúmeros conceitos diferentes.

Considerações finais

Trata-se de uma Revisão Sistemática Literária dos artigos científicos publicados pela Revista Brasileira de Educação Especial e Revista Educação Especial das bases de dados de 12 artigos da SciELO, entre os anos de 2015-2025, esses retratam sobre os desafios na aprendizagem de estudantes com TEA no ambiente escolar. Dessa forma, mostra os aspectos legais contemporâneos da educação especial/inclusiva, assim como as limitações desses alunos. Logo após, descreve os caminhos norteadores do ensino para crianças autistas.

As pesquisas trazem reflexões acerca da atuação do educador e do educando, como entender e se desenvolver. Entende-se que os estudantes com TEA têm necessidade e direito de se sentirem acolhidos na sala de aula regular, assim como os demais, bem como a disponibilização de meios acessíveis para o ganho e crescimento de seu aprendizado.

O aprendizado para alunos com TEA está sempre em processo de desenvolvimento e crescimento no que diz respeito às metodologias de ensino. No entanto, cabe aos educadores o empenho em desenvolver técnicas educativas para que esse cenário de igualdade e inclusão continue em pleno desenvolvimento, oferecendo suportes e condições para que os estudantes continuem progredindo e buscando sua autonomia e desenvolvimento..

Com a verificação das pesquisas, observa-se que muito tem sido feito e desenvolvido no que diz respeito aos estudantes com TEA, um grande salto aconteceu ao longo dos anos. A igualdade de direitos foi trazida a aflorar de forma que os indivíduos tivessem conhecimentos que a igualdade é para todos independente de qualquer transtorno. Os dados provam a importância de conhecer ações que mobilizam as instituições de ensino no ponto de vista das formações continuadas para os docentes, buscando através das mesmas, mais conhecimentos para adequar suas metodologias na busca do aprendizado para os estudantes com TEA, quebrando barreiras e garantindo um aumento significativo no processo do ensino-aprendizagem.

Constatou-se que frente aos marcos legais e metodológicos para a efetivação da Educação inclusiva, são persistentes alguns desafios como a dificuldade no acesso ao diagnóstico precoce; a não aceitação e apoio insuficiente das família; a existência de barreiras estruturais e atitudinais; a carência de formação especializada de profissionais para atuarem com práticas pedagógicas eficazes; a ausência de acompanhamento de multiprofissionais junto às crianças autistas.

Dessa forma, compreende-se que a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, além de direito primordial trata-se de uma necessidade para o desenvolvimento de todos, e sua concretização se dar por meio de compromisso ético, articulação entre a família, escola e sociedade. Além da realização de políticas públicas que garantem a inclusão em sua totalidade nas diferentes demandas sociais.

Referências

- ALMEIDA, Vera Lúcia Lopes de. **Influência do Picture Exchange Communication System (PECS) na comunicação e aquisição da linguagem numa criança com Perturbação do Espectro do Autismo**. 2017. Coimbra. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21949/1/VERA_ALMEIDA.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.
- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. Washington: American Psychiatric Association, 2013.
- BIANCHI, Vilma Aparecida; LEPRE, Rita Melissa; CAMPANHARO, Adriana Silveira. **A Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista (TEA)**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5565>. Acesso em 02 abr. 2025.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília. 2015.
- CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v.36, n.1, p.1-22. 2020.
- CAMPOS, Rodrigo Carneiro de. **Transtorno do Espectro Autista - TEA**. 2019. Disponível em: https://www.acoesunimedbh.com.br/sessoesclinicas/wordpress/wp-content/uploads/2019/04/Sess%C3%B5es-Cl%C3%ADnicas_Espectro-Autista_.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.
- COSTA, Daniel Da Silva; SCHMIDT, Carlo; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280098, 2023.
- EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura; FERNANDES, George Pimentel. História do Autismo: Compreensões Iniciais. **Rev. Mult. Psic.**, v. 13, n. 47, p. 133-138, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1968/3186>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- FILHA, Francidalma Soares Sousa Carvalho *et al.* Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista: aspectos terapêuticos e instrumentos utilizados-uma revisão integrativa. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 8, n. 4, p. 525-536, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36239/revisa.v8.n4.p525a536>. Acesso em: 02 abr. 2025.

GREGORUTTI, Carolina Cangemi et al. A Tarefa de Casa na Inclusão Escolar: Alunos com Deficiência Física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 2, p. 233-244, 2017.

LUZ, Francisca Wérica Teixeira; BRANCO, Aracy Teresa Castelo. A contribuição da comunicação alternativa PECS - (método por troca de figuras) na comunicação funcional de crianças autistas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e33210111798, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11798>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MARTINS, Juliana dos Santos; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 104, e5014, 2023.

HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto; FREITAS, Cláudia Rodrigues de. Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial. **Cad. Pesqui. (Fund. Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 54, e10545, 2024.

ONOHARA, A. M. H.; SANTOS CRUZ, José Anderson.; MARIANO, Maria Luiza. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289-304, jul./dez., 2018. Disponível em: [10.30715/doxa.v20i2.1](https://doi.org/10.30715/doxa.v20i2.1). 2020. Acesso em: 27 fev. 2025.

SANTOS, Ana Alice Sousa dos; LEITE, Daniela Soares. **Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental**. (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4471> Acesso em 02 abr. 2025.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos. **Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2012.

SANTOS, Regina Kelly dos Santos; VIEIRA, Antônia Maria Emelly Cabral da Silva. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional**. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SILVA, Deziane Costa da; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Práticas Pedagógicas Inclusivas no Âmbito Escolar. **Id on Line Rev.Mult.Psic.**, v. 14, n. 51, p. 880-894, jul. 2020.